

EXECUTIVO

Na mensagem de Natal aos brasileiros, o presidente reforçou a necessidade de diálogo entre as instituições e de defesa "intransigente" da democracia

Na TV, Lula fala em harmonia entre Poderes

» RAPHAEL PATI

Em tradicional discurso da véspera de Natal, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, destacou a relação do Executivo com os Três Poderes e com os governos estaduais e municipais. No pronunciamento em cadeia nacional, na noite de ontem, Lula disse que o diálogo e trabalho conjunto com outras esferas do poder público é a "base de tudo o que fazemos".

"Sempre acreditei que governar é cuidar das pessoas, cuidar de todos os brasileiros e brasileiras, com um olhar especial com aqueles que mais precisam. A base de tudo o que fazemos é o diálogo e o trabalho conjunto do governo federal com a sociedade, os governos estaduais e as prefeituras. É o respeito e a harmonia entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. É a defesa intransigente da democracia", destacou o presidente, durante o discurso.

Submetido recentemente a duas cirurgias para drenar um hematoma da cabeça, após sofrer uma queda no banheiro do Palácio da Alvorada, Lula aproveitou para agradecer as orações e as mensagens de carinho recebidas durante a emergência médica. "Graças a essa corrente de solidariedade, estou ainda mais firme e mais forte para continuar a fazer o Brasil dar certo", disse.

No pronunciamento, destacou também questões relacionadas à segurança alimentar e ao emprego, em um ano marcado pelo debate sobre a duração da jornada de trabalho — contemplada na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6x1, que não avançou no Congresso Nacional. "Esse é o momento de renovarmos a nossa esperança. Esperança em um país mais justo, um Brasil sem fome, onde cada mulher e cada homem tenha trabalho digno e tempo para acompanhar o crescimento de seus filhos. Que cada mãe e cada pai tenha a felicidade de saber que os seus filhos estão bem cuidados, saudáveis e protegidos", reforçou.

Reprodução/TV



Ao final do discurso, Lula — que chega à metade do terceiro mandato — disse que ainda tem "muito a fazer" nos próximos dois anos no Palácio do Planalto. "Estamos colhendo os frutos do nosso trabalho, mas é preciso continuar plantando. Semear e adubar, irrigar e cuidar, sempre e sempre. Em 2025, redobramos nossas forças para o plantio. E que a colheita seja cada vez mais generosa", completou.

Recuperação

No domingo, a primeira dama, Janja da Silva, publicou um vídeo nas redes sociais que mostra o presidente andando ao lado de cachorros na residência oficial da Granja do Torto, em Brasília. Nos comentários, escreveu "Caminhadinha matinal nesse domingo". Lula passou 10 dias em São Paulo para conter a hemorragia na cabeça.

O presidente voltou a Brasília no último dia 19. Os médicos de Lula o orientaram a não retomar a rotina de exercícios físicos nesta etapa do tratamento. O cardiologista Roberto Kalil informou que o resultado do exame,

Semear e adubar, irrigar e cuidar, sempre e sempre. Em 2025, redobramos nossas forças para o plantio. E que a colheita seja cada vez mais generosa"

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

feito no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, foi "satisfatório". Apesar de não poder fazer exercícios físicos, o líder do Executivo está liberado pela equipe médica a retomar os trabalhos normalmente. Na capital do país, a evolução do estado de saúde do presidente é acompanhada pela médica Ana Helena Germoglio.

Janja nas redes

A primeira-dama, que publicou o vídeo com o marido em

processo de recuperação, sofre cada vez mais com a queda na popularidade. No último fim de semana, uma pesquisa publicada pela Genial/Quaest mostrou que a avaliação positiva de Janja caiu de 28% para 22% em um ano. No mesmo período, as opiniões negativas subiram de 26% para 28%.

A popularidade de Janja no Nordeste — onde está a maior concentração de apoiadores de Lula — despencou 27 pontos percentuais entre fevereiro de 2023 e dezembro deste ano. No início do governo, ela tinha 56% de aprovação na região. Passou para 36% em dezembro do ano passado e, neste mês, recuou para 29%.

Entre as mulheres, a aprovação da primeira-dama também caiu, de 31% no fim do ano passado para 24%, agora. Entre os mais jovens, a queda foi ainda maior. Ao considerar apenas a faixa etária de 16 a 24 anos, a popularidade de Janja recuou de 24% para apenas 18% em um ano. A pesquisa ouviu cerca de 8,5 mil pessoas entre os dias 4 e 9 de dezembro, e o nível de confiança é de 95%.

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Cacique bolsonarista é preso na fronteira

» JULIANA SOUSA*

Reprodução/Internet



Serere Xavante já havia sido preso por participar de atos antidemocráticos

A prisão do líder indígena e pastor evangélico José Acácio Serere Xavante, conhecido como Serere Xavante, foi mantida pela Justiça, ontem, após audiência de custódia realizada em Foz de Iguaçu (PR). Serere Xavante espera, agora, pela transferência para Brasília. Foragido desde julho, ele foi detido na fronteira entre Brasil e Argentina na noite de domingo. A ordem de prisão foi emitida pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), após o indígena descumprir diversas medidas cautelares.

Segundo a PF, ele faz parte de um grupo de cerca de 60 brasileiros investigados por envolvimento em atos golpistas, incluindo os ocorridos em 8 de janeiro de 2023, que fugiram para a Argentina após romperem as tornozeleiras eletrônicas.

Serere é acusado de organizar atos antidemocráticos em Brasília no fim de 2022. As investigações apontam que ele liderou manifestações ilegais no Congresso Nacional, no aeroporto de Brasília e nas proximidades do hotel em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve hospedado antes da posse.

Serere Xavante foi preso em dezembro de 2022 e permaneceu detido no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, por cerca de nove meses. No

período, a esposa dele, Sueli Xavante, chegou a denunciar que o marido havia sofrido um infarto na prisão, informação desmentida pela Secretaria de Administração Penitenciária (Seape) do Distrito Federal. Em setembro de 2023, foi libertado por decisão do relator do inquérito dos atos golpistas, ministro Alexandre de Moraes, com a obrigação de usar tornozeleira eletrônica.

No entanto, em 2024, Serere rompeu o dispositivo e fugiu para a Argentina, onde pediu refúgio. Sua captura em Puerto Iguazú, na Tríplice Fronteira, gerou um impasse

diplomático, com autoridades brasileiras afirmando que ele foi preso em território nacional, enquanto sua defesa alegou irregularidades na detenção. O cacique foi transferido para o Brasil e aguarda julgamento em Foz de Iguaçu.

Líder evangélico

José Acácio Serere Xavante, de Mato Grosso, é líder do povo Xavante e pastor evangélico. Fundador da Missão Tshorira & Pahoriware — Mitsipe e da Associação Indígena Bruno Omoro Dumhiwe, Serere também se

envolveu na política, filiando-se ao Patriota e disputando as eleições para prefeito de Campinápolis (MT), em 2020, quando obteve 689 votos (9,7% dos votos válidos) e não foi eleito.

Em 2022, Serere ganhou notoriedade nacional ao se posicionar contra o resultado das eleições presidenciais que elegeram Luiz Inácio Lula da Silva. Declaradamente bolsonarista, ele organizou manifestações em Brasília, incluindo atos no Aeroporto Internacional e na Esplanada dos Ministérios, onde fez discursos inflamados contra ministros do STF e do TSE. Nas manifestações, acusou fraudes eleitorais e atacou verbalmente o ministro Alexandre de Moraes, a quem chamou de "bandido" e "ladrão".

Os protestos liderados por Serere culminaram em episódios violentos, como a tentativa de invasão da sede da Polícia Federal, em 12 de dezembro de 2022. O ato resultou na queima de veículos e na depredação de um ônibus. Diante da gravidade dos eventos, o ministro Alexandre de Moraes atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e decretou a prisão temporária de Serere, acusando-o de incitar atos antidemocráticos e colocar em risco a segurança institucional do país.

*Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Dino suspende pagamento das emendas de Lira

Estava escrito nas estrelas que as emendas do orçamento secreto se tornariam caso de polícia. Nas últimas semanas, várias operações de busca e apreensão e ordens de prisão foram executadas pela Polícia Federal (PF) em razão de desvios de recursos dessas emendas, por meio de obras e serviços superfaturados, com objetivo de engordar o caixa 2 eleitoral e o patrimônio de políticos, servidores e empresários envolvidos. Ontem, o vice-prefeito de Lauro de Freitas (BA), Vidigal Cafeeiro (Republicanos), e mais três pessoas foram presos por suspeita de desvio de dinheiro de emendas parlamentares.

Os mandados foram cumpridos na sede da prefeitura da cidade, na Região Metropolitana de Salvador, e em Vitória da Conquista, no sudoeste do estado. Além do vice-prefeito, foram presos Lucas Moreira Martins Dias, secretário de Mobilidade Urbana de Vitória da Conquista; Carlos André de Brito Coelho, ex-prefeito de Santa Cruz da Vitória; e o policial federal Rogério Magno Almeida Medeiros. Também houve o afastamento de Lara Betânia Lélis Oliveira, servidora da prefeitura de Vitória da Conquista.

A Polícia Federal afirma que o esquema movimentou cerca de R\$ 1,4 bilhão por meio de contratos firmados com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Não é um caso isolado. Sorteado aleatoriamente para fiscalização de rotina, diversos municípios auditados pela Controladoria-Geral da União (CGU) registram suspeitas de desvios de recursos e superfaturamento de obras e serviços. Como diria o falecido ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, ao investigar, a PF puxa uma pena e aparece uma galinha. Há mais de 10 inquéritos envolvendo deputados federais correndo em sigilo de justiça, todos por causa de desvios de recursos das emendas parlamentares.

Não por acaso, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, decidiu suspender o pagamento de R\$ 4,2 bilhões em emendas parlamentares e determinou que a PF abra um inquérito para apurar a liberação desses valores. Foi uma resposta a um pedido do PSol, que apontou irregularidades na destinação desse montante em emendas de comissão da Câmara e do Senado, que não têm pagamento obrigatório. O PSol questionou no STF o ofício assinado por 17 líderes de bancada, em 12 de dezembro, que autorizou o Executivo a fazer o repasse dos recursos das emendas de comissão sem que os colegiados se reunissem.

O governo cedeu às pressões do Congresso durante as negociações para votar a reforma tributária e o ajuste fiscal. Houve uma manobra liderada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para redirecionar esses recursos e burlar as novas regras de rastreabilidade e transparência adotadas pelo próprio Congresso por exigência do Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição estabelece diretrizes para aplicação dos recursos do Orçamento que são obrigatórias para todos os Poderes e entes federados, entre as quais, a transparência da autoria e rastreabilidade da sua destinação.

Como a sua aprovação acabou ficando para o próximo ano, o Orçamento de 2025 subiu no telhado porque os líderes ameaçam não o apreciar até que as emendas sejam pagas. Também querem mudar a Constituição para limitar o poder monocrático dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), insatisfeitos com o ministro Dino.

A manobra

No mesmo dia em que enviou o ofício, Lira cancelou todas as sessões de comissões que estavam marcadas até 20 de dezembro, com o argumento de que havia "necessidade de o Plenário da Câmara dos Deputados discutir e votar proposições de relevante interesse nacional". Com a decisão, as comissões não deliberaram sobre a destinação das emendas.

Cerca de 5,4 mil indicações de emendas, no valor de R\$ 4,2 bilhões, deixaram de ser examinadas, muitas delas do PSol. Uma parte teve a destinação alterada. Alagoas, o estado de Lira, proporcionalmente, foi um dos mais beneficiados. Diante do recurso do PSol, Dino determinou que a Câmara publique, em até cinco dias, as atas das reuniões das comissões nas quais as emendas foram aprovadas, para que a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, chefiada pelo ministro Alexandre Padilha, de posse dessas informações, efetue os pagamentos.

A partir de 2025, as bancadas e as comissões da Câmara e do Senado que desejarem indicar emendas deverão registrar, em ata, o nome do parlamentar que sugeriu cada proposta. Atualmente, isso não acontece; a autoria é coletiva. Internamente, o expediente é importante para empoderar os líderes em relação às próprias bancadas. Em termos eleitorais, é uma blindagem dos atuais mandatários, que utilizam os recursos das emendas — quase R\$ 60 milhões para cada deputado — com objetivo de garantir a própria reeleição.

Isso cria uma distorção na relação entre o Congresso e os demais Poderes, entre os líderes e suas bancadas e uma grande disparidade de armas na disputa eleitoral, entre quem tem mandato e quem não tem, com objetivo de impedir a renovação política. A face mais obscura desse processo são as fraudes em licitações e o superfaturamento de obras e serviços, que já transformaram muitas emendas parlamentares em caso de polícia.